



# O efeito multiplicador na retoma da economia



**Manuel Reis Campos**  
Presidente da CPCI e da AICCOPN

Neste momento, não é uma tarefa fácil falar de futuro e de retoma económica. A propagação do vírus é, ainda, uma realidade dura, não só em Portugal, mas também na generalidade do mundo e é compreensível que todas as atenções estejam voltadas para mitigar o surto pandémico e, no plano económico, para sustentar os impactos imediatos junto do tecido empresarial. Porém, é necessário começar a preparar a reconstrução da nossa economia, o que passa, desde já, pela resolução das dificuldades que as empresas estão a enfrentar no seu dia-a-dia, mas, simultaneamente, pelo planeamento do próximo ciclo, que terá de ser de recuperação de uma crise sem precedentes e, conseqüentemente, precisará de uma resposta rápida e sem precedentes.

E se, no passado, coube sempre à Construção e Imobiliário o papel de motor da economia e do emprego, desta vez não será diferente. Recordo que, no seu conjunto, esta fileira representa 600 mil postos de trabalho, 17,4% do PIB e 50,5% do Investimento. No nosso País, a declaração de Estado de Emergência e a sua posterior renovação, não decretaram a suspensão das obras. Tal como na generalidade da Europa, foi pedido ao Setor um esforço muito significativo para continuar a trabalhar, ainda que com todos os constrangimentos que conhecemos. É necessário proteger os trabalhadores, cumprir as orientações da DGS e demais Autoridades, fazer face a inúmeros problemas, como a falta de materiais e equipamentos e, não menos importante, lidar com o medo que se foi instalando na nossa sociedade.

É certo que continuamos a aguardar as medidas excecionais e orientadas para a nossa atividade, que não nos temos cansado de repetir. Refiro-me a questões como o acesso simplificado e generalizado a linhas de crédito vantajosas e ao lay-off, a moratória dos créditos à

Banca, a suspensão do pagamento dos impostos, incluindo-se aqui o IMI e o AIMI, o pagamento imediato de todas as dívidas do Estado a fornecedores, a disponibilização de orientações técnicas que permitam impedir a penalização das empresas pela impossibilidade de realizar as obras e o apoio ao Setor na manutenção da sua atividade, tendo sido apresentado ao Governo o projeto "Criar Resiliência na Indústria da Construção - Um plano para a Continuidade no âmbito do COVID-19".

São soluções indispensáveis e que queremos ver implementadas com celeridade, cujo objetivo é mitigar os danos desta crise e ajudar as empresas a manter a sua atividade e o emprego e, conseqüentemente, a responder ao repto que foi feito, tanto pelo Governo, como pelo Presidente da República: o País não pode parar. E, às obras em curso, tanto públicas como privadas, que têm de ser concretizadas, terão de se juntar todos aqueles projetos que Portugal vai precisar para reiniciar a sua economia e emergir mais competitivo e coeso, tanto no plano social, como no plano territorial.

Cumprir o planeamento do investimento público, aproveitar todos os recursos comunitários que vão ser postos à nossa disposição porque, recordo, é na Construção e no Imobiliário e no seu efeito multiplicador na economia e no emprego que a Europa está a apostar, e manter a atratividade para o investimento privado nacional e estrangeiro, são fatores determinantes. Trata-se de um Setor decisivo para muitas outras atividades como o turismo, o comércio e a indústria. É necessário, mais do que nunca, capacidade para avançar com rapidez e, como é evidente, com a participação das empresas e dos trabalhadores portugueses que, uma vez mais, não deixarão de corresponder ao desafio que é voltar a colocar Portugal numa rota de crescimento.